



-----ATA nº02/2019-----

----- Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão da Junta de Freguesia de Perais, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia; -----
 - 2-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila Velha de Ródão; -----
 - 3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Integração do Município na Associação de Municípios para a Gestão do CIRAE (Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes); -----
 - 4-Apreciação, discussão e eventual aprovação de Transferências de competências do Estado para as Autarquias Locais; -----
 - 5-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----
 - 6-Outros assuntos de interesse para o Município; -----
 - 7-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;-----
- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta dos membros, Fernando dos Santos Roma, Miguel António Martins Fradique e Carlos Alberto Silva Gonçalves, tendo estes justificado a sua ausência. O membro Carlos Gonçalves solicitou a sua substituição, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal, tendo assim estado presente o membro José Carlos Lopes Soares em substituição deste. A Junta de Freguesia de Fratel foi representada pela sua secretária, Célia Maria Sequeira Ribeiro.-----
- Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal ficando disponível para eventual consulta. -----

---- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a ata da sessão realizada em 13/12/2018, previamente remetida a todos os membros e da qual, conforme deliberado na sessão de 22/12/2017, foi dispensada a leitura e não havendo intervenções, foi a mesma colocada a votação e aprovada por unanimidade.-----

---- Em seguida foi colocada à apreciação a ata da sessão extraordinária realizada em 28/01/2019.-----

---- O membro Luis Coutinho, sobre esta Ata referiu que gostava que ficasse registado que após o Sr. Presidente da Câmara Municipal ter dito, após a sua intervenção e passou a citar, "O Sr. Presidente da Câmara Municipal em achega à intervenção do membro Luis Coutinho corrigiu, dizendo que não havia valores absolutamente nenhuns, porque aquilo que era o fundo financeiro para a descentralização não fora aprovado em sede de Orçamento de Estado e como tal não foram comprometidos quaisquer fundos nesta área", respondeu, embora sem microfone na altura e por isso não tenha ficado perceptível na gravação, que os valores que referira na sua anterior intervenção, decorriam do relatório elaborado pela Secretaria de estado das Autarquias Locais e entregue à Associação Nacional dos Municípios Portugueses e não, obviamente, à Assembleia da Republica, até porque foi essa a razão pela qual não votaram favoravelmente a transferência de competências para a Autarquia.--

---- Não havendo mais intervenções e após votação, foi a mesma aprovada por maioria, com 1 (uma) abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de Perais por não ter estado presente nessa sessão.--

----**1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:**-----

---- O Presidente da Junta de Freguesia de Perais, Joaquim Vaz, começou por cumprimentar todos os membros deste Órgão e o Executivo Camarário, dizendo que era com muito gosto que recebia nesta Junta



uma sessão deste Órgão. -----

----O membro Ricardo Morgado, em nome da bancada do Partido Socialista, solicitou a entrada na Mesa de uma Moção sobre o tema da descentralização e como não houve objeção dos membros presentes procedeu-se à sua leitura que aqui se dá por transcrita e cuja cópia se anexa junto á presente ata. Após votação, foi a mesma aprovada por maioria, com 13 (treze) votos a favor, da bancada Socialista e 4 (quatro) abstenções da bancada da Coligação "Novo Rumo". -----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, João Mendes, propôs a entrada na Mesa de um Voto de Saudação à ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), pelos trinta anos de atividade da mesma e como não houve objeção dos membros presentes, procedeu-se à leitura deste documento, que ficará arquivado junto aos documentos presentes nesta sessão, tendo, após votação, sido aprovado por unanimidade, o Voto de Saudação à ANAFRE. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal, referindo-se à Moção apresentada pela bancada socialista, falando em seu nome pessoal, disse que sempre tem defendido que na vida autárquica o Município estaria seguramente acima da politica e referindo-se aos membros da bancada da coligação "Novo Rumo", disse que não conseguia compreender, embora respeite, a abstenção dos mesmos, quando, na Câmara Municipal e Assembleia Municipal Extraordinária houvera uma votação unânime sobre uma situação que achavam que não era correta porque o que o Governo estava a tentar a fazer era tentar entregar responsabilidades sem nos entregar o respetivo envelope financeiro e o que entendera da leitura deste documento era tão só a sustentação à votação da Assembleia anterior, estava à espera de uma votação por unanimidade de uma Moção que não tinha nada de

politico.-----

---- O membro Luis Coutinho confirmou que quanto a esta situação todos estavam de acordo, mas a questão era que consideravam que o teor desta Moção estava muito personalizado no Presidente da Câmara Municipal e não englobava todos os membros autárquicos, por isso e apesar de partilharem dos mesmos objetivos, o sentido de voto foi de abstenção.-----

---- **2-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila Velha de Ródão;**-----

---- A pedido do Presidente da Assembleia Municipal a Dr^a Fernanda Neves, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Autarquia, disse que a única alteração a este Regulamento, foi a eliminação do texto repetido de uma alínea de um artigo, constando esta correção de um relatório aprovado hoje em reunião do Executivo.-----

---- Não havendo mais intervenções e após votação, foi deliberado aprovar por unanimidade, em conformidade com a alínea g) do n.º1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Vila Velha de Ródão, conforme o texto apresentado e aprovado na Reunião de Câmara realizada em 22/02/2019, que fica arquivado junto aos documentos presentes nesta sessão e será rubricado pelos membros da mesa.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Integração do Município na Associação de Municípios para a Gestão do CIRAE (Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes);**-----

---- O membro Maria José Sobreira verificara que parte deste serviço já se encontrar a ser feito pela Autarquia, mas havia necessidade de integrar esta Associação, como tal questionou qual o tipo de alteração que levava a essa integração e quais os custos



que o Município teria que suportar, tendo como referência o descrito no Capítulo III, artigo 22º (Regime de Pessoal). -----

----O membro Ricardo Morgado, complementando, questionou, dizendo que pela leitura que fizera destes estatutos, se ficaria em aberto a possibilidade de futuramente, se poder fazer outro tipos de acordos ou eventuais candidaturas. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Perais, todos os membros e vereadores autárquicos e o público presente. Continuou, dizendo que a resposta que se pretendia dar com este Protocolo e que se estava a estabelecer com os municípios aqui referidos e que estão associados à ADRACES ou à Pinhal Maior, sendo este o universo geográfico que estava aqui em causa. Mais informou que tinha-se encontrado uma solução com a Pinhal Maior e o Município de Proença-a-Nova para a recolha de animais errantes conforme o estipulado no enquadramento legal da altura e que tem vindo a funcionar muito bem e na qual as Câmaras Municipais de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Penamacor e Idanha-a-Nova estavam a beneficiar. Entretanto surgiu a alteração da Lei do bem estar animal na qual não é permitido o abate de animais, pelo que foi preciso encontrar uma nova solução para dar resposta às exigências que resultam dessa Lei. A solução encontrada, foi criar uma nova associação que já englobasse todos os municípios que tinham este entendimento, numa associação que tivesse personalidade jurídica e que pudesse dar resposta às exigências desta nova Lei. Assim, aquilo que se pretendia era prepararmo-nos para dar resposta a essas exigências que certamente irão ter mais custos, uma vez que, o abate de animais já era uma solução final extrema, sendo que a preocupação principal era o encaminhamento para adoção, agora os animais que

não fôrem adotados terão que permanecer em cativeiro muito mais tempo, logo com o conseqüente aumento da despesa. Terá também ser reequacionado o quadro de pessoal para dar resposta a estas exigências, havendo aqui um conjunto de encargos que os municípios teriam que assumir, mas decorriam da entrada em vigor desta nova Lei.-----

---- Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, deliberou, ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 108.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, aprovar por unanimidade, os Estatutos da Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes - CIRAE, que se arquivam junto aos documentos presentes nesta sessão e a integração do Município de Vila Velha de Ródão na Associação de Municípios referida.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **4-Apreciação, discussão e eventual aprovação de Transferências de competências do Estado para as Autarquias Locais;**-----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que, sobre esta questão, mantinha-se a decisão que já fora tomada pela Câmara Municipal em relação ao primeiro pacote de transferências e o entendimento do Executivo era que a descentralização era bem vinda e os municípios concordavam com a mesma, mas num quadro de perfeito esclarecimento daquilo que eram as exigências que se colocavam aos municípios, não só em termos financeiros, mas também em termos de adequação dos seus recursos. Mais informou que tivera uma reunião realizada na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, onde estiveram presentes o Sr. Ministro das Administração Interna e o seu Secretário de Estado, bem como o Secretário de Estado das Autarquias Locais e onde foi possível ter um debate franco e



esclarecedor com a equipa governamental que está a implementar este pacote legislativo, permitindo assim esclarecer muitas dúvidas que existiam. Neste contexto e uma vez que em junho próximo terão que debater e decidir sobre a aceitação das transferências de competências para o ano de 2020, pensa que poderão ser revistas algumas das decisões agora tomadas e a Câmara Municipal, naquilo que é a sua estrutura, também já terá uma ideia mais clara das necessidades e da adequação que terá que fazer para dar essa resposta, já que estaríamos mais preparados para fazer um debate mais profundo e tomar decisões diferentes daquelas que foram agora tomadas. Neste momento e até porque as transferências que estavam aqui hoje em causa eram complexas, entendia a Câmara Municipal que deveria manter a decisão que tinha tomado relativamente às medidas já apresentadas, sem prejuízo de em junho poder existir uma atitude diferente. -----

----Não havendo intervenções e após votação e no seguimento da proposta aprovada na reunião da Câmara Municipal realizada em 08/02/2019 relativa à transferência de competências da Administração Central para a Administração Local, prevista em quatro diplomas publicados no diário da república em 30/01/2019, abaixo identificados e com aplicação direta aos Municípios -----

---- Decreto-Lei n.º 20/2019, no domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos; -----

---- Decreto-Lei n.º 21/2019, transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação; -----

---- Decreto-Lei n.º 22/2019, transferência de competências para os municípios no domínio da cultura; -----

---- Decreto-Lei n.º 23/2019, transferência de competências para os

órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde.-----

---- A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, a não aceitação, no ano de 2019, das competências previstas nas disposições legais dos diplomas referidos, em conformidade com o disposto:-----

---- a)- No nº3, do artigo 21º, do Decreto-Lei nº 20/2019, de 30/01/2019;-----

---- b)- No nº2, do artigo 76º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30/01/2019;-----

---- c)- No nº3, do artigo 12º, do Decreto-Lei nº 22/2019, de 30/01/2019;-----

---- d)- No nº2, do artigo 28º, do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30/01/2019.-----

---- Devendo ser comunicada a decisão de não aceitação à Direção Geral das Autarquias Locais, nos prazos previstos na Lei para o efeito.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **5- Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;**-----

---- Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira, reportada à data de 14 (catorze) de fevereiro, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 523.491,86€ (quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e um euros e oitenta e seis cêntimos), dos pagamentos efetuados de 439.640,16€ (quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e quarenta euros, e dezasseis cêntimos) e do saldo reportado a 14/02/2019 de 3.409.717,61€ (três



milhões, quatrocentos e nove mil, setecentos e dezassete euros e sessenta e um cêntimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no valor de 269.650,42€ (duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e cinquenta euros e quarenta e dois cêntimos) e no nº2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais. -----

----O membro Ricardo Morgado salientou o facto de já ter sido publicado o anúncio do concurso público referente à ETAR e à rede de saneamento da localidade de Silveira e a construção de dois lotes em Fratel. Na área ambiental, saudou a iniciativa da Câmara Municipal com as ações de sensibilização por todo o concelho sobre o problema das alterações climáticas. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o Município tem vindo a fazer um esforço de investimento considerável nas políticas de fixação das pessoas, entendendo que deveriam ser feitas um pouco por todo o concelho. Lembrou que já fora feito há alguns anos em Fratel um loteamento para dar resposta às necessidades da altura, percebendo-se que havia novamente alguma procura a esse nível e como a Autarquia já tinha adquirido um terreno há já alguns anos e mais recentemente adquirira outro na expectativa de também proceder à valorização da entrada da localidade, projeto este que está condicionado à intervenção das Infraestruturas de Portugal, resolveu avançar com os projetos de construção de dois loteamentos. Um dos loteamentos situar-se-á junto às piscinas, no terreno que fora adquirido há já alguns anos, perspetivando-se futuramente a ligação entre este e o outro

loteamento a construir na entrada da localidade, prevendo-se assim a criação de onze lotes, estando neste momento ambos em discussão pública onde após todas as formalidades técnicas e administrativas se previa que até meados do ano se avançaria com as obras do loteamento sito junto às piscinas. Em relação às questões ambientais, referiu que esta também era uma área na qual a Autarquia fazia um esforço no sentido de fixar pessoas, sendo prova disso o investimento na Silveira, que já estava previsto há já algum tempo, tendo inclusive sido candidatado aos fundos comunitários, mas como não foi possível enquadrá-lo nos mesmos, entendeu-se que, mesmo assim, o Município não poderia deixar de o fazer e avançou para a obra que já estava a concurso. Deu também nota do esforço significativo que a Câmara Municipal tem vindo a fazer na área da prevenção dos incêndios, referindo que no ano passado fora um ano de exceção relativamente ao investimento feito, dizendo que foram limpos 62 (sessenta e dois) hectares, que incluía as faixas de proteção, as propriedades camarárias e a rede viária, dos quais 41 (quarenta e um) hectares foram feitos com recurso a serviços externos. Este ano esse esforço continuava, dando como exemplo o desbaste dos pinheiros mansos sitos na Serra da Achada que estava a ser efetuado através de administração direta, porque apesar de se ter tentado contratualizar este serviço devido à sua especificidade e por falta de recursos humanos da Autarquia, não houve nenhuma empresa que se disponibiliza-se para o fazer, tendo sido já intervencionados desde o início do ano, cerca de 5,7 (cinco vírgula sete) hectares. Outro dos trabalhos que estava a ser feito, em colaboração com as Juntas de Freguesia, era a limpeza dos caminhos florestais e agrícolas onde já tinham sido intervencionados um total de 26 Km (vinte e seis quilómetros),



sendo que, 7 Km (sete quilómetros) na freguesia de Fratel, 9 Km (nove quilómetros) na freguesia de Perais, 1,2 km (um virgula dois quilómetros) na freguesia de Sarnadas de Ródão e 9,3 Km (nove virgula três quilómetros) na freguesia de Vila Velha de Ródão, com a perspetiva que sejam intervencionados mais quilómetros. -----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão confirmou o grande esforço e a excelência do trabalho que a Autarquia estava a efetuar na limpeza dos caminhos, realçando a importância desta colaboração para com as Juntas de Freguesia, pois de outra forma estas não teriam capacidade de o fazer, deixando aqui, em nome da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, uma palavra de agradecimento ao Executivo camarário. -----

----Á intervenção do membro José Carlos Soares que questionou qual a tipografia construtiva prevista para os loteamentos atrás referidos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que seriam moradias unifamiliares e que teriam que respeitar não a tipologia mas sim a área máxima de implantação da construção. -----

----O membro Paulo Roberto começou por cumprimentar todos os presentes e em especial o Presidente da Junta de Perais por ter proporcionado a realização desta sessão nesta freguesia. Em seguida, referindo-se aos resultados da Autarquia, disse verificar com alguma preocupação e apesar de haver um saldo positivo, haver cerca de 270.000,00€ (duzentos e setenta mil euros) de dívidas a fornecedores, solicitando mais esclarecimentos. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que esta era uma situação meramente de tesouraria, seriam com certeza faturas que chegaram no final do mês e ainda não tinham sido liquidadas, porque a Autarquia paga exemplarmente aos seus fornecedores, sendo inclusive, a nível nacional, um Município de referência a nível

financeiro. Lembrou que estava-se neste momento a fazer uma obra que era a maior de sempre feita pelo Município e havia um projeto de uma outra que será seguramente da mesma envolvência e estava a fazê-lo com capitais próprios, sem fundos comunitários e neste aspeto estávamos perfeitamente tranquilos e preparados para fazer mais investimento para além daquilo que se estava a fazer neste momento.-----

---- O membro Ricardo Morgado referiu que no documento da informação onde estava referido o montante de dívidas a fornecedores também estava inscrito e acrescentava, que 100.886,42€ (cem mil, oitocentos e oitenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos) já se encontravam em fase de liquidação.-----

---- **6-Outros assuntos de interesse para o Município;**-----

---- O membro Luis Andrade começou por deixar uma palavra de agradecimento ao Presidente da Junta de freguesia de Perais por ter possibilitado a realização desta sessão nesta localidade e à Assembleia Municipal, na pessoa do seu Presidente, pela iniciativa de descentralização das sessões deste Órgão. Continuou dizendo que eram notórias as iniciativas feitas pela Autarquia para a fixação da população e nesse sentido, lançou um desafio ao Executivo camarário para, a longo prazo e uma vez que era sabido que o ensino superior era um foco de desenvolvimento nos municípios onde estava instalado e existindo em Vila Velha de Ródão várias indústrias ligadas ao papel e havendo um curso de doutoramento na UBI (universidade da Beira Interior) designado "Engenharia do Papel", era da opinião que a Câmara Municipal, em conjunto com estas empresas, poderia desenvolver esforços para criação de um núcleo desta universidade nesta área e nesta Vila, uma vez que existem todas as condições para isso e pensava que o investimento a ser



feito pelo Município não seria muito avultado e assim seria mais uma forma de desenvolvimento para a Autarquia. -----

----O membro Luis Coutinho disse existir em Monte Fidalgo um edifício que serviu em tempos de posto da Guarda Fiscal e que se encontrava em ruínas, como considerava que este espaço poderia algum potencial turístico e mesmo sabendo que este estava sobe a alçada do ICNF, questionou se o Executivo tinha previsto alguma intervenção no mesmo. Continuou, referindo que tinha tido conhecimento dos problemas de falta de pressão de água em Perais, questionando se o Município já tinha feito ou previa fazer alguma coisa para resolver esta situação. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por responder à intervenção do membro Luis Andrade, dizendo que o ensino superior tinha uma importância para os município, particularmente os do interior, que não poderia ser descurada. Mais informou que o Instituto Politécnico de Castelo Branco e uma empresa sedeadada em Vila Velha de Ródão têm vindo a trabalhar nesta área, tendo entretanto havido duas alterações quer por parte da própria empresa quer do Politécnico, porque se assim não fosse, provavelmente, já teríamos nesta Vila, não um polo do ensino superior, mas um curso em parceria com uma empresa, gerando assim uma sinergia muito interessante. Relativamente às questões colocadas pelo membro Luis Coutinho, começou por confirmar que a antiga casa da Guarda Fiscal, referida por este, estava na posse do Governo Central e tem vindo a ser trabalhada uma solução no âmbito do projeto piloto do Parque Natural Tejo Internacional, não só para esta infraestrutura, mas todas as que estão na posse do ICNF e a haver algo iria acontecer nesse âmbito. Quanto à falta de pressão de água em Perais, disse que este era um problema que afetava várias localidades do concelho

e que entretanto já tinha sido resolvida nalgumas localidades, como por exemplo nos Amarelos, com a instalação de bombas de pressão, mas esta solução não pode ser aplicada em Perais porque a rede não aguentou o aumento de pressão e assim esta solução teve que ser abandonada. Assim, a solução para esta localidade terá que ser enquadrada numa lógica de investimento bastante mais amplo. Mais informou que se estava a proceder a um estudo de toda a rede de águas do concelho de Vila Velha de Ródão, porque esta já tinha alguns anos e havia percas de água próximo dos 50% (cinquenta por cento), com um custo para a Autarquia muito elevado, pretendendo-se com a caracterização da rede perceber exatamente onde havia esses problemas e fazer um planeamento de investimento global a todo o concelho e tentar enquadrar o mesmo naquilo que eram os fundos comunitários. Em relação a Perais se houver algum problema mais em concreto, optar-se-ia por uma solução mais minimalista que se pudesse enquadrar na resolução do mesmo.-----

---- O membro Ricardo Morgado começou por se referir à preocupação que a bancada do Partido Socialista sempre teve com a central nuclear de Almaraz e uma vez que havia novos dados sobre a mesma, leu em seguida uma tomada de posição desta bancada, que a seguir se transcreve.-----

---- "A central nuclear de Almaraz tem encerramento definitivo em 2028, de acordo com o jornal espanhol "Cinco Días".-----

---- Ou seja, este mês, o governo espanhol voltou a adiar o encerramento da central nuclear de Almaraz, desta vez diferindo a desativação dos dois reatores para 2027 e 2028, ou seja, por mais oito anos do que o inicialmente previsto.-----

---- Esta semana, os trabalhadores decidiram avançar com novas manifestações para exigir que se adie, pelo menos por dez anos, o



fim da produção de energia naquele complexo. -----

----Recordamos que esta central está equipada com dois reatores nucleares, sendo a maior central da Península Ibérica com 2.010 megawatts de capacidade instalada. -----

----Haverá um calendário definido, com um plano específico nas mãos da tutela espanhola, das empresas que concessionam essas centrais e da ENRESA, a Companhia Nacional de Resíduos Radioativos. O primeiro reator será desmantelado em 2027 e o segundo deverá ser no ano seguinte, 2028. -----

----Desta forma, Almaraz será a primeira a encerrar definitivamente. -----

----Segundo um plano divulgado pelo Governo espanhol em novembro 2018, a central nuclear de Almaraz seria fechada em setembro de 2023 e Almaraz II em julho de 2024. -----

----A bancada do Partido Socialista, continuará atenta a este tema e, em particular, a mais esta dilação de prazo, que poderá ter repercussões irreversíveis no nosso concelho, caso exista um acidente nuclear". -----

----Continuou dando conhecimento da libertação de dois grifos na zona das "Portas de Ródão" que foram recuperados pelo Centro de Recuperação de Animais Selvagens (CERAS) de Castelo Branco. Deixou também uma palavra de felicitação ao Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, na pessoa do seu Diretor, Professor Jorge Gouveia, pela iniciativa de envolvimento dos alunos no projeto do Parlamento Jovem, assinalando três projetos nos quais estes estão envolvidos, nomeadamente, a medida um que se foca na reflorestação das áreas ardidas após os incêndios dos últimos verões, a medida dois que incide na diminuição da utilização dos plásticos e a medida três que visa a colaboração junto das fábricas sedeadas em Vila Velha de

Ródão para a melhoria da qualidade das águas do Tejo, com a promoção de reuniões regulares com os representantes destas empresas com o intuito de sensibilização para uma melhoria continua das águas residuais devolvidas ao Rio Tejo.-----

---- O membro José Carlos Soares referiu que no ano de 2011 fora anunciado pelo ICNF a candidatura da área norte do Rio Tejo à Biosfera. Essa área foi entretanto aprovada e dela fazem parte as freguesias de Perais, Malpica e Monforte, mas havia um assunto que o intrigava que era o facto de não haver a divulgação de que esta área pertencia à rede da Biosfera da Unesco, sendo que, na altura, foi dito que as entidades, principalmente as ligadas ao turismo, poderiam utilizar o símbolo da Unesco dizendo que esta área pertencia à Biosfera, mas não estava a ser utilizado. Ou seja, existia uma área na Biosfera e não se estava a usufruir dessa situação, principalmente na parte turística. Assim, questionou se, por parte da Autarquia, qual era a sensibilidade que tem tido com este assunto e se eventualmente, estaria a prever algumas ações de sensibilização, nomeadamente junto dos empresários ligados à hotelaria e na divulgação desta situação no "site" do Município, porque parecia-lhe que também aí não havia informação.-----

---- O membro Luis Coutinho disse que também a bancada do "Novo Rumo", partilhava das preocupações relativamente às questões ambientais ligadas á central nuclear de Almaraz. Em seguida solicitou mais informação sobre a continuação da queda de partículas gordurosas em Vila Velha de Ródão.-----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por se referir à intervenção do membro José Carlos Soares, dizendo que a reserva da Biosfera fora criada no ano de 2016 por parte da Unesco e que provavelmente no ano de 2011 o que teria sido feito foi esta



candidatura e que tem-se estado a trabalhar no projeto piloto do Parque Natural do Tejo Internacional e na marca "Terras de Oiro". A questão da reserva da Biosfera estava agora a ser trabalhada pelo ICNF numa lógica de englobar todo o seu território com a aplicação de uma estratégia adequada, porque não fazia sentido o Município de Vila Velha de Ródão fazer a promoção de uma parte deste território quando o que estava em causa era uma área mais vasta. Em seguida deu nota do que estava a ser feito no Parque Natural do Tejo Internacional, que pela primeira vez envolvia de forma séria os Municípios em articulação com este projeto, que inclusive seria replicado em todo o território nacional, sendo que esse seria o caminho, o da lógica de uma eficiência coletiva que envolvesse todas as entidades. Aquilo que era para ser feito estava a dar os primeiros passos, aproveitando muito do trabalho que foi feito no projeto piloto e o futuro, apesar do território da Biosfera ser muito mais vasto que o do Parque Natural do Tejo Internacional, as preocupações e os objetivos eram comuns. Continuou dizendo que a estratégia do Município era a valorização dos produtos do concelho e por isso fora criada a marca "Terras de Oiro", numa perspetiva de divulgação dos nossos produtos, o que estava a acontecer com sucesso por todo o país. No respeitante à questão da queda de partículas, disse que a Câmara Municipal tem vindo a assistir com preocupação a repetição destes episódios, visto que já há algum tempo que não se registavam com a dimensão das dos últimos dias tendo transmitido às entidades oficiais, por escrito, essa preocupação e em concreto à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), entidade esta que tem competência legal para agir nesta matéria, para a necessidade de identificar a fonte destas emissões e junto das mesmas exigir que sejam terminadas. Deu também

conhecimento de ter estado numa reunião na CCDRC, com a Sr^a Presidente e a Sr^a vice-Presidente da instituição, onde, pessoalmente, lhes colocou esta questão, transmitindo-lhes a necessidade, por parte desta entidade, de uma atuação rápida, porque era inadmissível esta situação e era intolerável não existir por parte das autoridades oficiais mais dinâmica e uma atitude mais atuante relativamente a esta matéria, tendo obtido por parte da Sr^a Presidente da CCDRC o compromisso de que iria pessoalmente acompanhar esta situação.-----

---- O membro José Carlos Soares, complementando a sua intervenção e no seguimento das palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal em que referira que o território da rede da Biosfera era muito maior que o do Parque Natural do Tejo Internacional, disse que também a Rede da Biosfera não tinha as restrições que tem as do Parque Natural, mas eram complementares. De qualquer maneira esta informação era um cartão de visita internacional da Unesco e quando se procurava informação sobre esta rede aparecia no seu mapa a freguesia de Perais e a sua intervenção vinha no sentido de alertar para esta realidade, concordando também com a coordenação entre entidades com o objetivo de atingir o mesmo fim.-----

---- O membro Luis Coutinho disse ter tido conhecimento de uma intervenção com algum aparato, por parte de funcionários camarários, vestidos de branco, na parte alta da Vila, solicitando mais informação sobre esta situação.-----

---- O membro Maria José Sobreira salientou e louvou a iniciativa levada a cabo pela CLDS em articulação com os Bombeiros de Vila Velha de Ródão, junto da população do concelho, prestando apoio e informação sobre segurança e fazendo diagnósticos de saúde.-----

---- O Presidente da Junta de Freguesia de Perais, em relação ao



tema da rede da Biosfera, informou que no dia de hoje tinha sido feito a primeira reunião, onde foram aprovados os regulamentos sobre a Biosfera e que engloba várias entidades, tendo em seguida enumerado algumas, tendo sido também determinado a criação de cerca de seis grupos distintos que iriam trabalhar vários temas dando o exemplo das áreas do turismo e agricultura e floresta. -----

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por se referir à intervenção do membro Luis Coutinho dizendo que, de facto, eram funcionários da Autarquia que estavam a trabalhar de acordo com as regras de segurança do serviço que andavam a fazer que era a aplicação de herbicida, sendo que se estava a aplicar pela primeira vez um produto natural e ecológico, sem produtos químicos e de atuação bastante rápida, mas que realmente tinha um cheiro um pouco ativo ao qual as pessoas não estavam habituadas. Em relação à reserva da Biosfera, acrescentou que era um selo que distinguia o novo território, assim como também o era o Parque Natural do Tejo Internacional, mas para além disso, era o trabalho que estava a ser feito, não só pelas Câmaras Municipais que estão incluídas neste Parque Natural, mas todas as que pertenciam à Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, em prol da divulgação do território. Mais disse que, ainda hoje, em conjunto com o autarca de Proença-a-Nova, tinha transmitido à Sr^a Presidente da CCDRC a importância que tinha para este território, um conjunto de candidaturas ligadas ao PROVER e que as Câmaras Municipais estão neste momento a fazer, dando continuidade ao trabalho já desenvolvido e do empenho que têm nessas candidaturas e da aposta que estão a fazer para que as mesmas sejam aprovadas, porque não só se estava a trabalhar na promoção do território, na estruturação de produtos, num trabalho bastante abrangente que envolvia os produtos locais e que começava

a ser visível com a marca que já estava de certa forma consolidada, "Beira Baixa Terras de Excelência" e que estava a ter um incremento não só do trabalho desenvolvido pela CIMBB, mas também em conjunto com o Instituto Politécnico e com os empresários, envolvendo várias instituições do nosso território.-----

---- 7- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º do Regimento;-----

---- A munícipe Laura Valente, residente em Perais, começou por se referir ao problema da falta de pressão de água nesta localidade, dizendo inclusive que havia pessoas que devido à falta de pressão, o esquentador não ligava e tinham que aquecer a água no fogão, confirmando que realmente, no ano passado, foram colocadas bombas de pressão à saída do depósito, mas houve várias condutas que rebentaram e assim gostaria que esta situação fosse resolvida. Referiu-se em seguida ao problema das telecomunicações pois em vários locais da freguesia o "roaming" dos telemóveis estava sistematicamente ativo, com todos os inconvenientes que daí advinham, por isso gostaria que esta situação fosse revista. Continuou dizendo que gostaria de obter resposta á carta que já há alguns meses tinha enviado para o Município na qual solicitava algumas remodelações na "Casa da Meia Encosta", sita na Foz do Cobrão e até à data não tinha sido dada. Em seguida referiu uma situação de um acesso secundário a várias propriedades, sito na Rua da Cegonha, em Perais, porque foram intervencionadas várias ruas e esta não tinha sofrido qualquer intervenção, questionando se estava previsto algo nesse sentido.-----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que quanto ao problema da água em Perais já o aqui tinha referido e falado. Em relação às telecomunicações, disse ser um problema que



acompanhava de perto, tendo inclusive manifestado perante o presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom as preocupações com a cobertura da rede móvel em Vila Velha de Ródão e Perais e também com a instalação de fibra ótica em todo o concelho, chegando a estar em Perais o responsável da ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) onde, presencialmente, pode verificar as dificuldades que aqui existiam com as comunicações e foi assim que, devido às iniciativas e ao esforço da Autarquia, foi colocada uma antena no depósito de água desta localidade, possibilitando uma melhor cobertura móvel nesta região e uma rede "4G" sem problemas. A resolução do problema do "roaming" era mais complexa pois prendia-se com questões técnicas, como por exemplo a potência das antenas espanholas e exigências técnico-legais quase inultrapassáveis que nem a Portugal Telecom poderia resolver e exemplo disso era a localidade de Monte Fidalgo que devido à sua situação geográfica, o problema de uma boa cobertura móvel seria difícil de resolver. Era lógico que a Autarquia queria que todo o concelho fosse abrangido por uma rede móvel de excelente qualidade até porque esse era um dos fatores de extrema importância para a fixação de pessoas no nosso território, mas devido ao atrás exposto e apesar de todo o esforço desenvolvido, isso era quase impossível. Em relação à instalação de fibra ótica, disse que após muita insistência por parte da Câmara Municipal, que inclusive se disponibilizou para fazer algum investimento se assim fosse necessário, finalmente o problema estava em vista de ser resolvido, porque era incompreensível e ainda não percebera, porque é que o nosso concelho ficara de fora de um projeto feito a nível nacional em cujo os concelhos supostamente menos apetecíveis pelas operadoras para fazer investimentos, tiveram o apoio de fundos

comunitários e foram feitos investimentos nesses concelhos com esses fundos, possibilitando assim às operadoras fazerem as ligações, mas o nosso concelho, quando foram tomadas essas decisões, não ficou abrangido por essa iniciativa, o que tornou mais difícil a colocação de fibra ótica. Ao ter verificado essa situação, procurou junto das operadoras a melhor solução para colmatar este problema e assim a expectativa era de que até junho esta rede estaria instalada. Em relação ao exposto sobre a Rua da Cegonha, disse que realmente esta via não tinha sido intervencionada aquando das outras e que iria posteriormente avaliar esta situação.-----

---- Sobre o exposto em relação à "Casa da Meia Encosta", o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que no seguimento da carta referida, em conjunto com a arrendatária, foram avaliadas as necessidades das situações apresentadas e daquilo que era possível ser feito, verificando-se que nem tudo era possível de ser feito, nomeadamente o respeitante aos ares condicionados, porque os serviços camarários não tinham capacidade de o fazer. No entanto e assim que haja disponibilidade dos serviços serão efetuados alguns trabalhos de reparação a nível das janelas e outros, prevendo que sejam executados brevemente.-----

---- O munícipe Joaquim Jorge, residente em Vila Velha de Ródão, manifestou a sua preocupação como munícipe e como pai, devido à poluição atmosférica existente nesta Vila, nomeadamente à queda de partículas pretas, que depois de uma acalmia de alguns meses, voltou e pior do que era dantes e o que atualmente se estava a passar deixava-o profundamente preocupado.-----

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal deu nota de que e apesar de ainda não estar confirmado, da visita de uma delegação de deputados da Assembleia da República ligados à comissão do

ambiente, que irão estar em Vila Velha de Ródão no dia dezoito de março, junto ao cais, lançando aqui o repto à população e se assim o entenderem, a estarem presentes e a exporem de viva vós as preocupações sobre a poluição atmosférica. -----

----Não havendo mais intervenções neste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a presente sessão, pelas vinte e duas horas e vinte minutos e dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa. -----

Parmanes

*Bernardino Paulo Pires Dias
Paula Cristina Ribeiro Gonçalves*

Descentralização

O Programa do XXI Governo Constitucional prevê reforçar as competências das autarquias locais, bem como das suas estruturas associativas, as entidades intermunicipais, através da descentralização de competências da Administração direta e indireta do Estado. Será uma condição essencial para o desenvolvimento socioeconómico do país e para a satisfação, com eficiência e qualidade acrescidas, das necessidades das populações.

Os vários diplomas setoriais, em variadíssimas áreas, com os quais temos sido presentes concretizam o processo de transferência de competências para as autarquias locais, ancorado nos princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

O exercício de competências pelas autarquias locais, em particular, Vila Velha de Ródão, em vários domínios, como a cultura, a educação ou mesmo a saúde, já são uma realidade e um fator decisivo na melhoria do dia-a-dia dos Municípios.

As autarquias locais são essenciais à resposta para o cumprimento da garantia constitucional do direito à igualdade. Esta partilha de responsabilidades entre a Administração central e a Administração local desenvolve-se através de sucessivos quadros legais que ampliam progressivamente o âmbito de intervenção das autarquias.

Se descentralizar é aproximar com responsabilização, então, estamos descansados. Esta Câmara, na pessoa do Sr. Presidente Dr. Luís Pereira, mantém a proximidade e solidariedade com todos, sem exceção.

A não aceitação, para o presente ano, 2019, das competências previstas nos diplomas já identificados, justifica uma postura responsável e prudente. De quem tem bem presente o compromisso com as suas populações, sabendo que aumentará a representatividade política e aproximará o poder do munícipe.

Concretizemos.

Não se pode descentralizar apenas tarefas sem acesso aos meios e respetiva gestão. Receber os meios sem a responsabilidade da gestão será um erro. Gerir despesa, sem qualquer intervenção na forma como a receita é gerada, será um incentivo ao desperdício.

Importa ficar claro também, que tipo de cortes o estado central irá fazer na sua estrutura ao passar responsabilidades para o poder local. P.e., tem de ficar claro que cortes serão feitos na estrutura central do Ministério da Educação, quando as competências de gestão do setor passarem para o poder local.

Deve haver um calendário claro, com prazo definido, de competências a descentralizar, permitindo ao estado central planear os recursos a dispensar e ao poder local, as competências a adquirir.

Acreditamos no sucesso da descentralização, mas não com o carácter apressado que o Governo nos faz transparecer. Precisamos de um processo gradual, previsível de meios, físicos, humanos e financeiros. Sem que estas condições se cumpram, muitos de nós continuaremos a ter dúvidas, legítimas, sobre os verdadeiros objetivos da descentralização.

Queremos melhores serviços para os nossos munícipes, com sentimento de proximidade, de resolução dos problemas. Mas para isso, que fique bem claro quais os meios necessários e adequados à sua execução. Nunca nos esquecendo que, a 1 de janeiro de 2021, data a partir do qual todos os Municípios são obrigados a assumir a gestão das áreas descentralizadas, é já ali.

A collection of approximately ten handwritten signatures in blue ink, arranged in a loose cluster at the bottom of the page. The signatures vary in style, with some being more legible and others being highly stylized or cursive. One signature on the right side is clearly identifiable as 'B. Dias'.